

UNESP E DITADURA MILITAR: TRAGÉDIA E FARSA

Antonio Luiz Caldas Junior¹

Resumo

O Golpe de 1964, melhor tratado como Civil-Militar, contou com apoio de setores civis da sociedade brasileira, inclusive nas universidades, com graves consequências decorrentes de seu caráter autoritário, arbitrário e repressivo, sendo necessário rememorar-lo para que nunca seja reinventado. O objetivo deste artigo é contribuir para o conhecimento das relações Unesp - Ditadura Civil-Militar, de 1976 a 1985, por meio de memórias do autor e revisão da literatura. São abordados a criação da Unesp, alguns episódios emblemáticos do autoritarismo arbitrário na vida universitária, incluindo invasões policiais e greves, as relações com o poder ditatorial e as lutas pela democratização, como por ocasião da sucessão do Reitor, em 1984. Conclui-se que as ações da Ditadura, embora repudiadas pela maioria da sociedade brasileira, encontraram abrigo na Unesp, pelas mãos de seus dirigentes centrais e da maioria das unidades universitárias, sob a forma de sinergismo autoritário, próprio do poder oligárquico. Constatou-se que, enquanto a sociedade brasileira caminhava rumo à democracia, inclusive com a eleição de democratas em governos estaduais, os dirigentes da Unesp a conduziam com acirramento de atos autoritários e discricionários. Se a Ditadura foi uma tragédia, na Unesp essa foi repetida com os tons de farsa.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar brasileira; Golpe de 1964; Unesp; Autoritarismo.

INTRODUÇÃO

Nos idos de março e abril de 1964, o Brasil passou por um dos mais obscuros momentos de sua débil trajetória democrática. O chamado *Golpe Militar de 1964* ou, simplesmente, *Golpe de 64*, tem sido mais recente e corretamente tratado como Golpe Civil-Militar. Afasta, assim, a visão reducionista de uma pretensa *quartelada* e revela a sustentação civil do golpe e da Ditadura, dispersa na sociedade brasileira, em amplos setores das classes dominantes e médias, nas instituições religiosas e mesmo em setores da intelectualidade e da universidade.

Por ocasião do cinquentenário do Golpe, vestíbulo da Ditadura que perduraria 21 anos, são poucos os que, assumindo sua adesão àquilo que alguns tratam de “Revolução de 1964”, persistem em sua defesa. Outros poucos assumem o apoio à época, porém o fazem como autocrítica, admitindo o equívoco desse comportamento. Muitos apoiadores e golpistas dizem que “foram enganados” e levados a erro e outros tantos reinterpretem e ressignificam datas e

¹ Docente do Departamento de Saúde Pública, da Faculdade de Medicina de Botucatu – Unesp, desde fevereiro de 1978; admitido como Médico Residente da Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu, em fevereiro de 1976.

fatos, como forma de justificar ou aliviar sua culpa, perante si mesmos, seus contemporâneos ou a própria história.

Oportuno e amplamente justificado, pois, o seminário “Memória e história da ditadura militar no Brasil: é preciso não esquecer para não reinventar”, promovido pela Unesp, pela revelação de múltiplas memórias, visões e interpretações daquele período histórico e seu registro à disposição dos que o viveram e os que o conhecerão ao longo dos tempos. Especialmente para que, como proposto, anos tão sombrios sejam conhecidos, rememorados, interpretados, julgados, mas nunca reinventados e revividos. Nunca mais.

O objetivo deste artigo é contribuir ao conhecimento e análise da história da Unesp, sob o regime de Ditadura Civil-Militar, no período de 1976 a 1985, por meio de memórias do próprio autor e seu confronto com documentos oficiais e publicações sobre o tema, a partir de depoimento na Mesa Redonda “Unesp e Ditadura Militar”, discorrendo sobre o tema “A Unesp de Botucatu em tempos de Ditadura Militar: memória e história de vida”. É abordada a trajetória de criação e implantação da Unesp, em sua primeira década de existência, com foco nos processos e não nos personagens, à exceção de uns poucos que no período ocupavam funções de destaque institucional, sem qualquer pretensão de julgar comportamentos individuais, o que é mais apropriado às “Comissões da Verdade”, instituídas em nosso país, ou, em casos cabíveis, à própria justiça.

DESENVOLVIMENTO

Antecedentes

O Golpe de 64, desde seus primeiros momentos, fez vítimas em toda a sociedade brasileira: cassações, demissões, IPMs (Inquérito Policial Militar), aposentadorias compulsórias, banimentos, confinamentos, sequestros, prisões, desaparecimentos, torturas e mortes, atingiram militares, sindicalistas, políticos, operários, camponeses, artistas, profissionais liberais, religiosos, intelectuais e tantos outros. Não poupou, obviamente, a intelectualidade e a comunidade universitária, destacadamente estudantes e docentes (ARNS, 1984).

O acervo documental e literário sobre os desmandos e arbitrariedades da Ditadura é vasto e sua expressão na vida universitária foi dada a público, pioneiramente em 1978, por meio de “*O livro negro da USP - O controle ideológico na Universidade*”, renominado “*O Controle Ideológico na USP (1964-1978)*” (ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA USP, 2004).

Tendo ingressado na Escola Paulista de Medicina, hoje Universidade Federal de São Paulo, em 1970, pude sentir os efeitos devastadores da Ditadura no ambiente universitário. À parte da organização estudantil, onde persistiam focos de resistência democrática, em seis anos de vida universitária desconheci qualquer manifestação revolucionária, progressista ou sequer democrático-liberal da instituição ou seu corpo docente, salvo raríssimas e circunspectas expressões deste ou daquele professor, em ambiente e caráter privados. O mesmo se passava no âmbito da Universidade de São Paulo e em outras instituições de ensino universitário que conheci em reservadas incursões estudantis. No geral, prevaleciam manifestações de caráter conservador. Não propriamente de louvor ao regime ditatorial, mas, sobretudo, expressão do conservadorismo ideológico em si, de apego à ordem estabelecida, às tradições e de aversão a mudanças, bem próprios da universidade brasileira, como referido por Nagle (1987).

Tendo optado por especializar-me em Saúde Pública, buscava no final de 1975, uma instituição que permitisse formação técnica melhor sintonizada com aquilo que acreditava ser o mais apropriado à sociedade brasileira e, especialmente à saúde de sua ampla população. Mais ainda, buscava ambiente acadêmico menos conservador e, se possível, onde se praticasse o embate democrático e a livre expressão de ideias, mesmo que contidas pelo ambiente repressivo que dominava o país. Por meio de contatos com estudantes e médicos, recém-graduados, tive conhecimento de que poderia encontrar tais condições na, para mim pouquíssimo conhecida, Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu – FCMBB.

A FCMBB, que fora estabelecida no ano de 1963, oferecia cursos de graduação em medicina, agronomia, medicina veterinária e ciências biológicas e, em anos recentes, passara a oferecer residência médica em algumas especialidades. Ainda em 1963, subordinara-se ao Serviço Administrativo dos Institutos Isolados do Ensino Superior, diretamente vinculada à Casa Civil do Governador e, a partir de 1969, à CESESP - Coordenadoria do Ensino Superior, da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (CORREA, 2006).

Implantada em meio a imensas adversidades materiais, a FCMBB contava com o apoio da sociedade botucatuense e com um aguerrido grupo de professores pioneiros, advindos, no caso do curso de medicina, especialmente da Faculdade de Medicina da USP, da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (USP) e da Escola Paulista de Medicina. Muitos deles buscavam construir no novo espaço acadêmico, um curso médico pedagogicamente inovador e socialmente comprometido, em ambiente democrático. O mencionado conservadorismo de suas instituições de origem dificultava ou impedia a presença de jovens

professores, muitos deles militantes de organizações religiosas, sociais e políticas de oposição ao regime ditatorial. Assim, reuniram-se na FCMBB, além de professores perfilados à Ditadura, outros de feição conservador, democratas liberais e militantes ou egressos da JUC (Juventude Universitária Católica), da Ação Popular e do PCB (Partido Comunista Brasileiro), dentre outras agremiações. Embora, na maioria das situações, as organizações ou os vínculos com elas estivessem extintos, no início de 1976, persistiam os agrupamentos ideológicos que lhes deram origem, trazendo para a nascente Faculdade Medicina de Botucatu, contendas iniciadas há mais de uma ou duas décadas na Faculdade de Medicina da USP ou em outras instituições de origem.

De modo geral, em outros câmpus e unidades da Unesp, tal situação se reproduzia. Contribuía para isto a relativa autonomia dos Institutos Isolados do Ensino Superior. Embora o Governo Abreu Sodré, ao criar a CESESP em 1969 (e antes a CASES, Coordenação de Administração do Sistema de Ensino Superior, em 1967), tenha buscado dar um comando centralizado aos Institutos Isolados, à feição de uma reitoria, ou um simulacro desta, estes preservavam, em seu interior, boa parte de suas decisões e contendas políticas e acadêmicas, afrontando o centralismo autoritário vigente à época (DIAS, 2006).

Nascimento da Unesp: o berço da Ditadura

Em outubro de 1975, foi enviado à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo o projeto de criação da Unesp, consolidada pela Lei nº 952, de 30 de janeiro de 1976, pela instalação do Conselho Universitário Provisório (COP) e pela posse de seu primeiro Reitor, Professor Luiz Ferreira Martins, em março de 1976 (TRINDADE, 2013). Nascia a Unesp sob o manto do autoritarismo emanado da Ditadura. Durante o ano de 1976, o COP, integrado por todos os diretores das unidades universitárias e por representantes do corpo discente, excluída a participação de representantes do corpo docente e dos servidores técnico-administrativos, dedicou-se à elaboração dos Estatutos e do Regimento Geral da Unesp e da reestruturação dos Institutos Isolados, agora denominados unidades universitárias. Estas últimas ações centraram-se, especialmente, na área de ciências humanas e nas antigas faculdades de filosofia, ciências e letras (DIAS, 2006). Na verdade, o arcabouço legal e a reestruturação acadêmica compunham uma sucessão de manobras que visavam garantir o caráter autoritário da instituição e a perpetuação de grupos de poder, no poder.

A organização política da Unesp, em seus tempos de Ditadura, viria a reproduzir a peculiar forma de organização política latino-americana denominada “poder oligárquico”,

cujo apogeu se deu, no Brasil, na Primeira República (1889 a 1930) e merece ser aqui considerada.

Em nosso país, o poder oligárquico conjugava, e ainda conjuga, poderes autoritários locais dispersos, as chamadas “oligarquias”, e um núcleo central de poder. Em geral, estabeleceu-se uma forma de *sinergismo autoritário*, em que os poderes locais se valem do autoritarismo central e o autoritarismo central se efetiva por meio dos poderes locais autoritários. É importante observar que estas relações de poder não pressupõe a existência de um alinhamento ideológico, mas sim de um pacto “de poder”. Isto talvez explique a constante presença das oligarquias nas diferentes formas, conteúdos e orientações políticas de governos do Brasil independente, durante o Império, a Primeira República, o Governo Vargas, a Ditadura de 64 e, mesmo, em anos recentes, no período democrático estabelecido a partir de 1985. Este sinergismo, que perpassa governos mais ou menos autoritários e democráticos, permite entender, a título de exemplo, a persistência nas primeiras esferas de poder da oligarquia familiar Maia, em solo potiguar, e José Sarney, no Maranhão, cuja trajetória atravessa a Ditadura, o exercício da presidência na Nova República e a aliança política com todos aqueles que o sucederam, sempre em nome da governabilidade.

Embora o autoritarismo existisse disperso nos antigos Institutos Isolados, a criação da Unesp promoveu a conformação, bem acabada, do sinergismo autoritário oligarca, sob o manto do regime ditatorial. Antigas contendas entre forças políticas e acadêmicas locais, se “resolveram” por meio da aliança, estratégica ou tática, de determinados agrupamentos das unidades universitárias com o novo centro de poder, a Reitoria, unidos pela Ditadura, por meio do Governo Estadual. Por exemplo, no Conselho Universitário Provisório, sem qualquer participação do corpo docente e servidores técnico administrativos, havia uma indicação circular de dirigentes, promovendo uma verdadeira reedição do poder oligárquico no ambiente acadêmico.

Durante os anos de 1976 e 1977, criaram-se o arcabouço político-jurídico (Estatutos e Regimento Geral, especialmente) e as estruturas acadêmicas e administrativas que garantiam a perpetuação dos poderes oligárquicos e, sobretudo, do poder central autoritário.

Para tanto, unidades universitárias, cursos, departamentos e disciplinas foram criados, fundidos e extintos. Alguns foram transferidos de municípios e regiões e com eles seus docentes. Embora se explicitasse uma lógica de racionalidade acadêmica, estes movimentos foram propícios à perseguição de adversários, opositores e até de desafetos pessoais.

A lógica acadêmica de reestruturação, justificável em alguns casos, sucumbiu grosseiramente diante das imposições do quebra-cabeça da geopolítica unespiana e das contendas locais. Ao final deste processo de implantação, a recém-criada Unesp dispunha de estruturas acadêmicas, jurídicas e políticas configuradas para garantir a perenidade dos grupos governantes por longo período, décadas talvez, e com eles a ideologia do autoritarismo e do conservadorismo. Estruturas departamentais e das unidades universitárias, aliadas à composição e procedimentos de escolha e indicação de representantes e dirigentes, davam garantias de que os órgãos colegiados e funções de direção tivessem um perfil ultraestável, como ficou demonstrado nos anos subsequentes.

Na recém-criada Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB), o sinergismo autoritário se fez presente precocemente, no triste episódio de invasão de suas dependências por forças policiais, ainda no ano de 1977. A faculdade e seu Hospital de Clínicas ocupavam àquela época um grande e único prédio, dividindo suas dependências inclusive, com setores administrativos, acadêmicos e departamentos das demais unidades universitárias do Câmpus de Botucatu, todos recém-instituídos. Nesse contexto de ocupação desordenada, o Centro Acadêmico “Pirajá da Silva” dispunha, há muitos anos, de algumas salas no corredor central do prédio. Salas de vivência, administração é uma pequena biblioteca, cuja desocupação era intentada pela direção da faculdade. Houve resistência e, ali na FMB, em 1977, a nova administração universitária resolveu demonstrar o peso e a mão forte da Ditadura que a abrigava. Uma disputa, entre alunos e a direção da unidade, que nos idos tempos dos Institutos Isolados, possivelmente se resolvesse em âmbito interno, mobilizou a Reitoria, sob comando direto do Vice-Reitor, Armando Octávio Ramos, que fora diretor da FCMBB. A pedido dos dirigentes da Unesp, tropas da Polícia Militar foram deslocadas de Sorocaba para promover a desocupação das modestas salas. Não fossem a ação sensata de professores junto à diretoria da faculdade, o episódio poderia ter tido piores e trágicas consequências. A Reitoria precisava mostrar a que viera, e o fez neste arremedo de Guernica, com o uso desmedido de força repressiva, para resolver, de maneira exemplar, tão singela contenda. Uma das páginas inaugurais da Unesp, em tempos de Ditadura Civil-Militar.

Dialética da centralização: exploradores e explorados

Se a criação da Unesp permitiu a constituição de um núcleo central de poder, a Reitoria, e o fortalecimento de poderes oligárquicos dispersos nos câmpus e nas unidades

universitárias, de caráter autoritário e discricionário, promoveu também, contraditoriamente, as condições que permitiriam sua superação.

Marx já assinalara que o capitalismo, ao lado de promover o desenvolvimento das forças produtivas e fomentar a acumulação de riqueza, exacerba o caráter social da produção (LENINE, 1977). A fábrica, com suas linhas de produção, intensifica a divisão do trabalho e a cooperação, promove a urbanização, concentra espacialmente a força de trabalho antes dispersa. Propicia assim condições para a intensificação das relações sociais e políticas e, em consequência, facilita, mesmo que involuntariamente as bases para a reunião, unidade, organização e ação política dos trabalhadores. Gera, assim, contraditoriamente, as condições de sua contestação e superação.

Fato semelhante se passou com a criação da Unesp. Se permitiu a implantação e consolidação do sinergismo autoritário, entre a Reitoria e as direções universitárias locais, propiciou, mesmo que involuntariamente, as bases para a reunião, unidade, organização e ação política da comunidade universitária, dispersa à época dos Institutos Isolados.

Havia alguma forma de articulação dos docentes dos Institutos Isolados, porém com grandes debilidades. Na segunda metade da década de 1970, o movimento estudantil, fortemente atingido pelo aparelho repressor da Ditadura, começava a caminhar em sua reestruturação, inclusive quanto às entidades gerais, em tempos de “abertura lenta e gradual” do regime. E os servidores técnico-administrativos, a quem nunca fora permitido o direito de sindicalização, experimentavam seus primeiros passos na representação classista.

A instituição da Unesp, a despeito da vontade de seus mandatários, facilitou e mesmo incentivou o encontro e a organização dos segmentos da comunidade universitária e deles entre si, seja no desenvolvimento ou implantação de entidades representativas locais, seja das entidades gerais. Em junho de 1976, foi fundada a Associação dos Docentes da UNESP (Adunesp), “a pioneira das associações de docentes, das universidades públicas paulistas, nas palavras de DIAS (2006). Em anos subsequentes surgiram o Diretório Central dos Estudantes “Helenira Resende”, a Associação dos Servidores Técnico Administrativos da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (ASUNESP, em 1982) e o Sindicato dos Trabalhadores da Unesp (Sintunesp, em 1989).

O aspecto mais emblemático desta contradição resultante da criação da Unesp foi o movimento grevista ocorrido em 1979, conhecido como “70% + 2000”², que se estendeu por

² Referência à reivindicação de reajuste salarial de 70%, acrescido de um valor fixo de Cr\$ 2000,00 mensais, para todos os funcionários públicos do Estado de São Paulo.

mais de 40 dias. Paulo Salim Maluf, que sucedera Paulo Egydio Martins no governo do Estado de São Paulo, assumiu o poder em março de 1979 e, poucas semanas depois enfrentou aquela que foi a primeira greve de grandes proporções no funcionalismo público estadual, desde o Golpe de 64. Àquela época os reajustes salariais eram comuns a todas as categorias do funcionalismo estadual, incluindo os servidores técnico-administrativos e docentes das universidades.

A greve tinha uma base de organização importante na capital e no interior a comunidade universitária da Unesp teve destacado papel da deflagração e manutenção do movimento, interagindo e mobilizando outros setores do funcionalismo público, levando às ruas manifestações que há muito não se viam, interagindo com outras categorias de trabalhadores que, reprimidas pela Ditadura, voltavam a experimentar novas perspectivas de organização e de luta.

A Unesp que fora criada sob a lógica do comando autoritário e unitário do ensino superior do interior do Estado de São Paulo, trouxe dentro de si o germe da organização da comunidade universitária e de sua articulação com o movimento geral do funcionalismo público estadual e dos trabalhadores, em geral, o que, de alguma forma, contribuiu para a derrocada da Ditadura, nos anos subsequentes.

A greve de 1979, dos “70% + 2000”, apesar de alguns tropeços, consolidou a organização dos servidores técnico-administrativos e docentes da Unesp e suas entidades locais e gerais, preparando-as para novos passos na luta contra o autoritarismo e pelo fim da Ditadura, como descrito a seguir.

O exercício do autoritarismo e o “malufismo” na Unesp

Como é usual acontecer, a leitura dos processos históricos passa por racionalização simplificadoras que trata situações complexas, em sua determinação e desdobramentos, de forma reducionista, buscando explicar o intrincado e dialético processo histórico por meio dos fatos mais simples e aparentes, com o apontamento de poucos ou únicos responsáveis por tudo aquilo que de bem ou mal aconteceu. Enunciar nomes de ditadores e a eles atribuir toda responsabilidade por períodos de exceção e violência é prática corriqueira. Os demais, que igualmente contribuíram para os desmandos autoritários e deles se beneficiaram, sobrevivem dissimulados e impunes em seu tempo e na história. Esta prática assume muitas vezes contornos legais, como no caso da República Argentina, onde a Lei do Ponto Final e a Lei da Obediência Devida, firmadas logo após a Ditadura de 1976 a 1983, respectivamente cessaram

os processos judiciais contra os opressores e atribuíram aos comandantes toda a responsabilidade pelos assassinatos, sequestros, desaparecimentos e torturas ocorridos.

Na Unesp, é comum que na abordagem e na discussão do que se passou nos anos de Ditadura, sejam as responsabilidades atribuídas a seus dirigentes máximos e mesmo associadas ao que se convencionou chamar de “malufismo”, em referência ao Governador Paulo Salim Maluf, que governou o Estado de São Paulo de 1979 a 1982. Muito se fala do caráter autoritário de seu primeiro Reitor, Professor Luiz Ferreira Martins e, especialmente do Professor Armando Octávio Ramos, que, ao longo do tempo, personificou a trajetória de arbítrio na Unesp, nos tempos da Ditadura. Embora fossem eles os principais articuladores políticos daqueles processos, se valiam de uma grande rede de apoio que se difundia por toda a estrutura da universidade envolvendo professores, servidores técnico-administrativos e, até mesmo, alunos. Era a expressão do sinergismo autoritário, que favorecia o poder central, os poderes locais, grupos organizados e pessoas. Muitos se beneficiaram do poder discricionário vigente à época, em favor da criação de estruturas administrativas e acadêmicas, cargos e mesmo carreiras aceleradas pelas conveniências pessoais e institucionais.

Não é possível, pois, personificar a Ditadura na Unesp neste ou naquele dirigente. Mesmo que tenham tido sua carga privilegiada de responsabilidade naqueles desmandos, se valiam dessa rede autoritária. Uma verdadeira federação de autoritarismo, à sombra da Ditadura que desmandava no país. O Professor Armando, embora representasse o poder arbitrário, era na verdade o maestro da orquestra autoritária e conservadora que dirigiu a Unesp naqueles tempos. Cada membro deste consórcio trilhou depois diferentes caminhos, a exemplo dos partícipes da Ditadura Civil-Militar em plano nacional, onde cada personalidade ou agrupamento político seguiu sua trajetória: alguns caíram no ostracismo, outros foram e serão execrados pela eternidade; muitos se reciclaram, realinharam alianças e continuam a agir com destacada relevância política, inclusive ocupando importantes cargos na República, durante todo o período democrático que se seguiu à derrocada da Ditadura. Podemos assim falar de José Sarney e mesmo de Paulo Salim Maluf.

É impossível se falar daqueles tempos, sem fazer menção à íntima relação que se estabeleceu entre a Unesp e o Governador Maluf, entre a Unesp e um estilo peculiar de governar que foi denominado de “malufismo” e gerou inclusive sua expressão verbal: “malufar”.

Maluf tinha um modo de governar bastante característico, com evidentes traços autocráticos, o que se alinhava ao perfil de gestão vigente na Unesp, ao final dos anos 70. É

muito simplismo, porém querer atribuir ao malufismo aquilo que se passou na instituição, já que o autoritarismo precedeu e sucedeu o governo Maluf.

Apesar disso, o malufismo significou um alento à gestão autoritária da Unesp, um cobertor a aquecer os atos discricionários e a postergar quaisquer pretensões democratizantes da comunidade universitária que se organizava. Naquele momento, Maluf serviu como esteio conservador para aqueles já vocacionados ao autoritarismo. Sob este clima se passaram inclusive atos de violência policial dentro das unidades universitárias, como em Assis e Botucatu, em tempos onde a presença de tropas no ambiente universitário já se tornara medida de exceção.

Em Botucatu, ocorreu um grave incidente repressivo em uma visita do Governador Maluf, que compareceu ao câmpus para solenidade de entrega de equipamentos de um convênio do governo brasileiro com a República Democrática da Alemanha. Nessa ocasião, enquanto o Governador, dirigentes universitários e membros da solenidade participavam do ato solene, os estudantes, testemunhados por docentes e funcionários, realizavam um ato ordeiro na parte externa do prédio, com músicas e palavras de ordem em defesa do ensino público e outras habituais. O chefe da segurança sugeriu ao Governador que saísse por uma porta lateral, o que não foi aceito por Maluf. Naquele momento, entrou em ação um grupo de guarda-costas que, à paisana, havia se infiltrado entre os manifestantes, os espancaram e afugentaram. Recompostos, os estudantes contra-atacaram com uma “chuva de torrões de terra”, que encontraram no local. O fato ganhou o noticiário nacional, pois nessa “guarda pessoal” foram identificados elementos que algum tempo antes haviam participado de uma ação repressiva ocorrida no bairro da Freguesia do Ó, na cidade de São Paulo. Fatos de grande repercussão, pois, à época, se denunciava que Maluf se fazia acompanhar de guarda não oficial, uma tropa repressiva no feitiço de “paramilitares”. Em anos recentes, em depoimento pessoal, o próprio Paulo Maluf externou a sua visão daqueles fatos: “gosto muito de Botucatu, mas fui vítima de uma ingratidão na Unesp. Fui lá entregar uns microscópios e me receberam a pedradas”. Distantes daqueles tempos de Ditadura, esta é a leitura que faz o hoje deputado federal, importante elemento da base aliada dos governos democráticos.

A democratização da Unesp e a eleição de reitor em 1984.

A partir da posse do Presidente João Figueiredo e da Lei de Anistia, em 1979, e principalmente da grande vitória da oposição, em 1982, a Ditadura dava evidentes sinais de esgotamento político.

No Estado de São Paulo, o PMDB vencera as eleições. Empossado, em março de 1983, o Governador Franco Montoro, desde logo, mostrou a intenção de modernizar, descentralizar e democratizar a gestão pública do estado.

Em um contra movimento relativo ao que se passava na sociedade brasileira, a Unesp tomava caminhos de acirramento do autoritarismo, ou, mais precisamente, de conservadorismo do poder oligárquico estabelecido na Reitoria e na direção das unidades universitárias. A vontade de mudanças de direção expressas pelas comunidades no âmbito das unidades universitárias era frustrada por manobras estatutárias e regimentais, como nos emblemáticos ocorridos na sucessão de diretorias em Assis e Presidente Prudente.

A principal afronta ocorreu, porém, no poder central, no processo sucessório da Reitoria. Como o mandato do Professor Armando Octávio Ramos se encerrasse em março de 1984, a comunidade universitária da Unesp entendeu que o processo de escolha do novo Reitor deveria estar em sintonia com os rumos da redemocratização do país. No caso da Unesp, tratava-se mais precisamente de sua democratização, já que desde sua criação, em 1976, jamais existira e vivera tempos de democracia.

Desta forma, em meados de 1983, foi realizada no subsolo da FATEC, unidade então integrante da Unesp, no prédio onde funcionara a Escola Politécnica da USP, na Av. Tiradentes em São Paulo, reunião dos segmentos da comunidade universitária: estudantes, funcionários e professores, vinculados ao movimento democrático; alguns nos partidos legais, outros em organizações à época ainda clandestinas, outros sem vinculações partidárias. Em sintonia com a aurora do movimento “Diretas-Já” para Presidente da República, propunham a realização de processo de eleições para a indicação de nome da comunidade universitária para Reitor, no quadriênio, 1984-88. O manifesto do movimento ganhou força em toda a Unesp e, de pronto, despontaram dois nomes de preferência da comunidade universitária: os professores Nilo Odália e William Saad Hossne.

O Professor Armando, que era pessoa de grande habilidade política, ao invés de confrontar a comunidade, resolveu, ele próprio, com a aprovação do Conselho Universitário, realizar uma consulta oficial à comunidade, fato inusual àquela época.

No final do ano de 1983, foi realizada a eleição promovida pelas entidades, com expressiva vitória do Professor William Saad Hossne, nos três segmentos da comunidade universitária. Na consulta promovida pela Reitoria, realizada em princípio de 1984, era possível sufragar até seis nomes. Nela o Professor Saad igualmente venceu com ampla

vantagem, impondo sobre seu principal adversário, que era o próprio Professor Armando, o dobro de votos (MENDONÇA, 2010).

Não havia, pois, qualquer dúvida: a comunidade universitária da Unesp queria que o Professor Saad fosse seu próximo Reitor, e dissera isto também na consulta oficial realizada pela Reitoria. Este não foi, porém, o entendimento do Conselho Universitário da Unesp, composto pelos mais altos dirigentes da instituição, que, em sucessivas rodadas de votação elaborou a lista sêxtupla sem incluir o nome do Professor Willian Saad Hossne.

Neste momento, em que a sociedade brasileira transitava para a normalidade democrática e jurídica, a Ditadura se perpetuava na Unesp, pelas mãos de seu Conselho Universitário. Esta é talvez a principal mácula, a maior afronta à democracia perpetrada, não por esta ou aquela pessoa, não imposta pela Ditadura Militar, mas livre e deliberadamente assumida pelos detentores do Poder na Unesp, em sua maioria dirigentes das unidades universitárias, professores titulares. A face civil e acadêmica do estado de arbítrio que caracterizava a Ditadura decadente.

O Governador Franco Montoro não acatou este resultado e se negou a aceitar uma lista que excluísse o nome do Professor Saad. Em, em março de 1984, findo o mandato do Professor Armando, assume como Reitor *pro tempore*, Manoel Nunes Dias, pró-reitor da Unesp e pessoa de feição absolutamente autoritário, com uma folha de serviços prestada à Ditadura, em sua passagem pela USP, inclusive como Diretor da Escola de Comunicações e Artes. Por lá, dele se fala o seguinte: “Nunes era tido pelos professores e alunos como praticamente um agente dos órgãos de repressão no comando da escola (CHRISPINIANO e FIGUEIREDO, 2004). Esta foi a pessoa escolhida pelo poder Central da Unesp para dirigi-la, em momento de tão grave crise, quando a Ditadura já se esvaía. Tal situação gerou profunda revolta na comunidade universitária motivando prolongada greve e a invasão da Reitoria e de Diretorias de unidades universitárias por estudantes.

Em agosto de 1984, persistindo o impasse com o governo do estado e após intensas negociações, assume como Reitor *pro tempore* o Professor Jorge Nagle, que seria conduzido mais tarde à condição de Reitor, após a elaboração de uma nova lista sêxtupla. Nagle foi empossado em 17 de janeiro de 1985, dois dias após a eleição indireta de Tancredo Neves à Presidência da República, pelo Colégio Eleitoral. Não fossem a firme posição do Governador Franco Montoro e, sobretudo, a organização, resistência e luta da comunidade universitária, houvera o risco real de sobreviver na Unesp um sucedâneo bizarro da Ditadura, pelo menos até janeiro de 1989, em pleno período de democratização do país.

O Reitor Jorge Nagle viria a promover a transição democrática na Unesp, nove anos após sua criação. Aqueles que serviram ao autoritarismo, nada sofreram: nenhum ato de revanchismo se passou. O grupo de democratas foi condescendente com aqueles que os perseguiram. A Unesp, a exemplo do Brasil, em clima de maior liberdade e democracia, pôde finalmente elaborar novos Estatutos e Regimento Geral, a despeito de algumas frustrações e conflitos de interesse.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Ditadura que governou o Brasil de 1964 a 1985 passou por momentos de distintas modalidades e diferentes intensidades de ações repressivas, desde aquelas encobertas pelo manto de pretensa legalidade, por meio dos órgãos oficiais de repressão, até outros de caráter clandestino, absolutamente à margem de qualquer previsão legal. A face mais cruenta dessa ação repressiva foram os assassinatos, as torturas e os desaparecimentos ocorridos, muitos deles ainda obscuramente pouco conhecidos e mesmo ocultados.

Havia também naqueles tempos ações de vigilância, de espionagem, de delação levada a cabo por agentes oficiais do aparelho repressivo e muitos colaboradores voluntários.

Para cumprir seus intentos a Ditadura buscou disseminar suas ações em toda sorte de instituições públicas e privadas, seja por meio de dirigentes que compartilhavam da ideologia do regime ditatorial, seja por meio de uma rede de informantes que alimentavam as decisões políticas e a máquina repressiva.

Em muitas instituições e circunstâncias, a Ditadura teve que impor ou infiltrar seus agentes repressivos ou gestores e dirigentes interventores, a seu serviço. Muitos são os exemplos de prefeituras, sindicatos e órgãos da administração direta, indireta, fundacional e empresas estatais, cuja direção foi entregue a interventores formais, visto que no corpo de servidores das próprias instituições não se encontravam indivíduos preparados ou confiáveis para cumprir os desígnios do regime ditatorial.

Lamentavelmente na maioria das universidades brasileiras, a Ditadura encontrou quadros humanos suficientes e dispostos a cumprir estas funções, seja de dirigentes, seja de informantes, fossem eles professores, servidores técnico-administrativos e mesmo estudantes. Evidente é que agentes repressivos também se infiltravam nas instituições universitárias, mas lá encontravam gente disposta a colaborar e a assumir a gestão autoritária.

Já em 1978, o livro “O Controle Ideológico na USP (1964-1978)”, revelava: “Em primeiro lugar é necessário apontar que a repressão policial que se dirige contra a

Universidade imediatamente após trinta e um de março não encontrou nenhuma resistência por parte da Reitoria, mas se fez com sua conivência.” (ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA USP, 2004).

Embora, isto tenha repetido em tantas outras instituições de ensino superior, a história da Unesp, de 1976 a 1985 é pontuada de fatos a demonstrar a clara sustentação e difusão do ideário do regime ditatorial na forma de pensar e agir na gestão da instituição universitária, seja no plano central, seja em seus institutos e faculdades.

Na Unesp, a Ditadura encontrou os quadros de que necessitava para o exercício do autoritarismo. E o fez sob o manto de um arcabouço jurídico institucionalizado, elaborado em tempos e na forja do regime ditatorial.

Quando os ventos da redemocratização começaram a percorrer o país, com a aprovação da Lei de Anistia, o fim do Ato Institucional nº 5, da censura dos meios de comunicação, quando na maioria dos estados brasileiros, as forças democráticas já governavam, a Unesp caminhava em sentido contrário buscando perpetuar no ambiente acadêmico aquilo que a sociedade brasileira majoritariamente rejeitava: a Ditadura, caracterizada pelo autoritarismo, pela repressão e por atos discricionários.

Hoje a Unesp figura dentre as principais instituições universitárias do país, mas seu nascimento e seus primeiros passos se fizeram em circunstâncias de obscurantismo, pela mãos de um sinergismo autoritário estabelecido entre o poder central de sua Reitoria e as oligarquias acadêmicas de suas unidades, em desrespeito à vontade da maioria da comunidade universitária. Tudo isto não é apenas passado, dado que carreiras acadêmicas foram interrompidas, mudadas e mutiladas e certas deformidades estruturais persistem até os dias atuais e, provavelmente ficarão para o futuro, como cursos, disciplinas e departamentos criados, dissolvidos e transferidos, e, mesmo com o fim do arbítrio, assim se consolidou.

Marx (1986), em 1852, inicia o “O 18 Brumário de Luís Bonaparte” afirmando: “Hegel observa em uma de suas obras que todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes. E esqueceu-se de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa.”

No ocaso da Ditadura Civil-Militar brasileira, sucederam-se na Unesp, fatos de tal forma extemporâneos, bizarros e, até mesmo hilários, que a despeito de serem trágicos, assumiram em tempos de Ditadura, sua face obscura e envergonhada de farsa.

REFERÊNCIAS

- ARNS, Paulo Evaristo. (Org.). Brasil: nunca mais: um relato para a história. Petrópolis: Vozes, 1985. 312 p.
- ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA USP. O Controle Ideológico na USP: 1964-1978. São Paulo: Adusp, 2004. 116 p.
- CHRISPINIANO, José; FIGUEIREDO, Cecília. “A ECA é o principal foco de agitação da USP”. Revista Adusp, São Paulo, n. 33, p. 63-8, out. 2004.
- CORRÊA, Anna Maria Martinez. Institutos isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo. Memória da criação das escolas que vieram a integrar a UNESP. In: _____. Unesp 30 anos: memórias e perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 2006. p. 15-34.
- DIAS, Marcia Tosta. UNESP: criação e reforma. In: CORRÊA, Anna Maria Martinez. Unesp 30 anos: memórias e perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 2006. p. 35-54.
- LENINE, Vladímir Ilitch. As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo. In: _____.Obras Escolhidas. Lisboa: Edições “Avante!”, 1977. v.1, p. 35-39.
- MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Paz e Terra, 1986. 116 p.
- MENDONÇA, Sueli Guadalupe de Lima. Núcleos de Ensino da Unesp: Nova relação universidade/sociedade. In MENDONÇA, Sueli Guadalupe de Lima; BARBOSA, Raquel Lazzari Leite; VIEIRA, Noemia Ramos. (Org.). Núcleos de Ensino da Unesp: memórias e trajetórias. São Paulo: Cultura Acadêmica, Universidade Estadual Paulista, Pró-Reitoria de Graduação, 2010. p. 13-49
- NAGLE, Jorge. A educação na virada do século. Ciência e Cultura, Rio de Janeiro, v. 39, n. 3, p. 287-291, mar. 1987.
- SÃO PAULO (Estado). Lei nº 952, de 30 de janeiro de 1976. Cria a Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho" e dá providências correlatas. Disponível em: <http://unesp.br/transparencia/pdf/lei_criacao.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2014.
- TRINDADE, José Carlos de Souza. Criação da Unesp e a transformação da FCMBB em FMB. In: SCHELLINI, Silvana Artioli; PERAÇOLI, José Carlos (Org.). Faculdade de Medicina de Botucatu – UNESP (FMB-UNESP): 50 anos (1963-2013) livro comemorativo. São Paulo: CD.G. Editora, 2013. p. 41-6.

UNESP AND MILITARY DICTATORSHIP: TRAGEDY AND FARCE

Abstract

The 1964 coup, more precisely designated as civilian-military, was supported by Brazilian citizens, including universities, and had serious consequences due to its authoritarian, arbitrary and repressive character. We should remember it lest it never be reinvented. This article examines the relationship between Unesp and the dictatorship, from 1976 to 1985, with

author memories and literature review. The foundation of Unesp, a few shining examples of arbitrary authoritarianism at universities, among which police invasion and strikes, the relationship with dictatorial power, and the struggle for democratization, such as the Rector's succession in 1984, are mentioned. It is concluded that the acts of the dictatorship, albeit repudiated by most Brazilians, spread its tentacles to Unesp, its central leaders and most of its Schools and Institutes, in the form of authoritarianism, typical of oligarchy. It was found that, although Brazilian society moved towards democracy, shown by the election of democrats at state level, Unesp's leaders managed it in an increasingly authoritarian and unbounded fashion. If the dictatorship was a tragedy, it was repeated at Unesp with shades of farce.

Keywords: Brazilian civilian-military dictatorship; 1964 coup; Unesp; Authoritarianism.